

Argemiro Procópio*

*Profesor titular de Relaciones Internacionales
de la Universidad Nacional de Brasília (UnB)*

O COMÉRCIO DAS DROGAS ILÍCITAS E A CRIMINALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS AMAZÔNICAS

Resumen: *Publicamos en idioma original el fragmento del nuevo libro de Argemiro Procópio "Subdesarrollo sustentable" (Curitiba, 2008). En el fragmento seleccionado se trata del narcotráfico, del contrabando de oro, piedras preciosas y riquezas forestales lo que provoca corrupción y fragilidad institucional en la Amazonia continental. La visión de la Amazonia del Paraíso Tropical cohabita en la obra de A. Procópio con la del Infierno Verde. Por parte del Consejo editorial debemos añadir una sola observación al análisis siguiente. En Brasil los grupos indígenas se oponen a las empresas de explotación de recursos petroleros, mineros o forestales. Y una decisión reciente de la Corte Suprema de Justicia del Brasil viene a confirmar una orden del presidente Luiz Inácio Lula da Silva que reconoce un inmenso territorio de los grupos indígenas en el norte de la Amazonia y frena así la penetración de buscadores de oro o de traficantes de madera (en total, 13 por ciento de la superficie de Brasil está hoy constituida como territorio indígena).*

[≡] Argemiro Procópio es investigador brasileño internacionalmente conocido; autor de 14 libros e innumerables artículos; durante casi dos décadas dirige los proyectos en la Amazonia. Teniendo gran experiencia en la investigación de la así llamada *amazoneidade*, el profesor Procópio efectúa los análisis comparativos e interdisciplinarios sobre el crimen organizado y las políticas de seguridad en los países amazónicos. Estudia temas relacionados con el narcotráfico transnacional, la presencia militar en las zonas fronterizas, las migraciones, los problemas de los indígenas, incluso en la zona de triple frontera de Brasil con Venezuela y Colombia. Su atención del científico y en gran medida explorador se concentra en las áreas que él mismo califica como "sociedades en la periferia de la periferia"; habla de la "democracia periférica" y de la "sustentabilidad del subdesarrollo" – nuevas nociones que reflejan el mundo complejo y singular de Amazonia.

Palabras clave: *Brasil, Amazônia, drogas ilícitas, crime organizado, trans-regionalismo, garimpo, luta anti-drogas.*

O comércio das drogas ilícitas sob as águas turvas do poder dos mercados é tão bem organizado quanto o contrabando de toras de espécies nobres, ouro, diamantes e couro. Na ponta final do processo, esses últimos rendem quantias nada menores que as do narcotráfico.

Vale repetir, o contrabando do granito, madeira, couro, ouro, esmeralda e de outras pedras preciosas, há várias décadas montou infra-estrutura integrando a contravenção na Amazônia Continental¹. Na aldeia global, a economia paralela costura partes do modelo de transgressão ampliada. Por sua parte, os narcotraficantes usam da tribalização presente na sociedade internacional. Estão cem por cento certos de que a corrupção e o suborno involucrados no contrabando das riquezas florestais lhes garante suporte logístico no comércio das drogas ilícitas. Encontra-se aí o elo entre Estado em vias de se tribalizar e a economia paralela. Nesse particular, a pirataria do couro e da madeira e o seu trânsito transformaram a Amazônia Continental numa referência internacional de desgoverno e de fragilidades institucionais.

A cocaína, tradicional produto amazônico com alto valor agregado, gera quase tantas divisas quanto as tradicionais *commodities*. Todavia, os extratos sociais desaqueados pela sorte envolvidos em sua produção continuam pobres. São vítimas preferenciais da violência inerente ao comércio das drogas ilícitas. Em escala diferenciada isso acontece com os madeireiros, com os garimpeiros do ouro e do diamante.

Em nome do combate às drogas, satélites e aviões radares dos EUA vasculham o espaço aéreo de qualquer Estado amazônico. A Venezuela, a Bolívia e o Equador, os poucos a reclamar desse fato, com esse gesto talvez sintam algo a favor da credibilidade da soberania.

A reconstrução de campos de pouso em velhos garimpos bombardeados no Peru, na Colômbia, no Equador e no Brasil; o reforço do escoamento tradicional por via fluvial; o aumento do transporte marítimo das drogas conectado aos rios mantendo abastecidos os numerosos pequenos laboratórios móveis; a diversificação dos químicos controlados e de seus depósitos em áreas indígenas e urbanas; a modernização das redes de espias e contratação das milícias protetoras; a eficiência na articulação do

crime nos espaços rural e urbano para desmonte relâmpago de laboratórios e estoques; a proliferação de esconderijos, seja em favelas, em canaviais ou em latifúndios criatórios de bois, tudo amplia a paisagem das táticas do crime organizado, porém, longe de desvendar o seu todo.

Em São Paulo de Olivença e em Vila Bittencourt, no Estado do Amazonas, em povoados do rio Japurá, ativam-se e desativam-se esconderijos de pertences do crime, a ponto de transformarem essas localidades quase que em armazéns da contravenção. Onde se estocam drogas igualmente guardam-se armas. A ilegalidade cria estratégias de valor para a desmoralização, seja da Segurança Nacional, seja da defesa. Anarquiza com esmero o princípio da territorialidade.

Populações ribeirinhas próximas aos rios Içá e Japurá, conhecidos na Colômbia como Putumayo e Caquetá, na geografia das drogas ilícitas e da biopirataria, cumprem subalterno papel no trans-regionalismo do crime organizado. A evolução da economia paralela amazônica voltou a apoiar-se em laços familiares das classes média e alta. Esse fato amplia sua ação para dentro de espaços urbanos amazônicos cuja complexidade mal se conhece. Dá prova de continuidade diferenciada do crime pleno de expectativas.

A integração promovida pelas redes da economia informal, além de amazônica, é hemisférica. Desde seu nascedouro, vestida de valores da ética do enriquecimento rápido, adotou a conduta do tribalismo que, quando em busca de realizações, passa por cima das fronteiras, das bandeiras e dos princípios da territorialidade. O contrabando e a biopirataria, várias vezes aqui denunciados, favorecem as grandes indústrias farmacêuticas. Brindam os países amazônicos com ambiência à disposição do crime. Em tal contexto, o patrimônio biogenético vitimado pelo desrespeito à natureza, simboliza a impotência da sociedade irmanada a um agrupado de costumes transgressivos. Anti-modelo do processo de globalização, e ainda assim, beneficiária dele, a tribalização ganha corpo corroendo o pouco que resta da coesão social no mundo amazônico que sabe não ser seu nem o progresso, nem os avanços no trato das questões ambientais em curso nas nações produtoras de conhecimento.

O entendimento entre Brasília e Washington para que a primeira atue no combate às drogas ao nível regional não é exequível por causa das debilidades internas que a impede agir até dentro de seu território. No Rio de Janeiro, por exemplo. Nas faixas de fronteiras do Brasil com a Colômbia, Suriname e Guiana, o descaso pela

integração amazônica convive com a dupla tributação e obstáculos aduaneiros de ordem fitossanitária para a venda de produtos entre vizinhos.

O esporádico combate ao contrabando, revestido de ineficiência, desmoraliza as instituições policiais e a Receita Federal. O comércio a serviço das populações em espaços sociais trans-fronteiriços, por exemplo, na Venezuela com o Brasil, afora a informalidade que o desgasta, transformou Santa Elena de Uairén em pólo irradiador de trocas. Isso apesar da ineficiente execução da política de distribuição de gêneros alimentícios por quase toda a Venezuela. Nada há de melhor que a falta de pão para sinalizar possibilidades de deteriorização da confiança popular em quaisquer governos.

Nos campos da Segurança Social e da Segurança Ambiental, as nações da Hiléia atuam fragmentada e separadamente. Primeiro TCA e depois ÔTCA, o ideal da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica esgotou-se nas décadas perdidas. Desprovida de realizações, fato agravado com uma agenda congestionada de retóricas, essa Organização marca-se por visões descoordenadas para promover a cooperação. Fartos de programas natimortos e sedentos por reformas estruturais, os oito amazônicos, mesmo assim, presenteiam-se com promessas de segurança em pacote de intenções desacompanhadas de ação contra as mudanças climáticas.

A luta pelo direito de dizer que eles existem

Ao contrário de Rondônia, de Mato Grosso e de regiões do Estado do Amazonas, onde parte da mão-de-obra empregada nos negócios do contrabando de ouro passou a servir o narcotráfico, em Roraima, o destino dos excluídos os levou para novas etapas do êxodo. Sua garra pela sobrevivência permitiu o adentramento em novos espaços. Partiram para a Guiana, Suriname e Guiana Francesa em busca de ouro. Nesses países, escondem-se como bichos na mata. Brasileiro nos garimpos estrangeiros significa ser escravo do mal estar global de intimidantes sacrifícios.

Por força das armas, a expulsão, em passado recente, dos garimpeiros que entraram em território venezuelano envolveu políticos e polícia. Em 2004, isso aparentemente impediu a continuação da busca, sobretudo do diamante, em regiões fronteiriças, nas quais os geógrafos mal dizem onde começa a Venezuela e termina o Brasil, ou vice-versa.

Em Roraima, ex-território que oferece o último prato do banquete das minas amazônicas, aí vivencia-se estações da *via-crucis* do garimpo nacional. Os que lá chegaram, expulsos de outros veios de diferentes regiões, excluídos que são, perderam o direito de dizer que eles existem! Essa "ralé humana", produto da barbárie gerada pela democracia com a exclusão social, jamais agraciada com reservas extrativistas ou com políticas públicas por governo algum, sua vingança será a legenda em que estão se transformando.

Aguardam, até hoje, qualquer gesto, por mínimo que seja, da solidariedade pátria. Sem oportunidades de emprego em Boa Vista, onde expressivo contingente da população compõe-se de servidores públicos federais, estaduais e municipais, os garimpeiros imolam-se em sua própria desorganização. Maltrapilhos, no rastro de seu êxodo sem fim, esses *desplazados* redistribuem a malária e outras doenças de caráter endêmico transportadas em sacos cheios de desgraças do egoísmo humano. Perambulam pelo Amapá, Acre, Tocantins e Roraima, feudos políticos que custam demais para o contribuinte e para a União. Com dispendiosos tribunais e assembleias estaduais de deputados, o serviço público costuma ser escola de corrupção. Rotineiramente o apadrinhado servidor aposentado da União trabalha para municípios ou para a própria máquina administrativa estadual, onde duplica ou triplica seus vencimentos.

Na Amazônia Brasileira, onde a cidadania multicultural cada dia que passa vê-se menos, nunca sobrou dinheiro para políticas públicas dirigidas à promoção social do garimpeiro nem de ninguém do povo. Essa massa humana no seu êxodo sem fim, na solidão do "cada um por si, e Deus por todos" dos garimpos, mal sabe que sem organização continuarão maltrata-los. Vem daí sua teimosia nas minas, conscientes da impossibilidade de serem absorvidos no mercado de trabalho formal.

A percepção feita do mundo pelo garimpeiro alijado do diálogo inter-cultural, por causa de sua rica história de vida, ela colide com a ira convencionalizada contra eles por grupos com influência na opinião pública. Esquecem que a vida do homem do garimpo tem razão de ser. Antes de se tornarem o que são, certa parte deles constituía-se de lavradores e de retirantes sem terra. Depois de expulsos dos garimpos, iniciaram o plantio de mandioca, milho e feijão em terras que juravam ser devolutas. Tampouco deu certo. Pisavam, sem saber, em reservas indígenas, mais extensas que vários países europeus somados.

Delatados por ONGs e raramente por índios cuja geografia de seus corações é maior que a civilização, eles perderam tudo! Estranhos colocaram fogo em suas roças e a Funai, auxiliada pela polícia, expulsou-os das reservas. Despejou esses maltrapilhos com as suas mulheres e suas crianças desnutridas por estradas sem norte. Qualquer protesto, revolta ou sinal de indignação traz pancadaria, cadeia e desaparecimentos. Tudo isso debaixo do silêncio cúmplice dos que batem na cara desses excluídos as portas de suas instituições que advogam os Direitos Humanos segundo a conveniência dos patrões que os pagam.

Na guerra contra as novas ameaças na Amazônia, utiliza-se a estrutura militar de um projeto tão condenado pela mídia internacional quanto por ONGs. Trata-se do Projeto Calha Norte, cuja infraestrutura ampara bases de defesa para vigilância civil-militar integrada. Dada sua pequenez diante das dimensões geográficas amazônicas e por falta de recursos, as Forças Armadas sentem não atuar como poderiam. Grupos que com frequência cortam os meios para que os serviços de inteligência coíbam atividades de narcotraficantes, de madeireiros, assim como dos biopiratas estrangeiros, são a *causa mortis* da dinâmica da segurança regional.

Está ainda na memória o bombardeio de algumas dezenas das centenas de campos de pouso clandestinos mapeados pelos serviços de inteligência da FAB. Essa ação silenciosamente usou a estrutura militar do combatido Projeto Calha Norte. Várias pistas em garimpos permaneceram destruídas e outras quase de imediato reconstruíram-se pelas máfias do ouro e da cocaína. Curioso, as tantas estradas e pontes clandestinas abertas pelo latifundiário em terras invadidas, ninguém ainda sugeriu destruir ou inviabilizar o seu uso!

Tepequém, nome de uma localidade em Roraima significa "panela quente". Recorda que bombas e violência legam como herança sementes de vingança. Em 2003, observando essa localidade ainda aquilatava-se indignação de garimpeiros de diamantes. Lá, a violência deixou marcas. Diz-se que o Estado só chega aos garimpos para destruir e punir. Nunca para educar e proteger.

Está na hora de uma revisão da desintrusão caso seja verdadeiro o fato de inexistir Amazônia Brasileira sem brasileiros. Repressão e mortes não resolvem. O Estado expulsa sem estimular atividades substitutivas. A falta de políticas públicas a favor do garimpeiro visivelmente baixa a imunidade daqueles bandeirantes do século XXI diante das redes do crime.

De relevância no processo de integração regional paralela, a centenária contravenção na Amazônia Continental envolve garimpeiros, seringueiros, madeireiros, coureiros, caçadores de animais, indígenas que deixam explorar diamantes e ouro em suas reservas, contrabandistas de riquezas fitogenéticas etc. Também os químicos controlados utilizam a infra-estrutura das rotas do comércio ilegal do mercúrio, do cianureto, do ouro, do couro e de certos produtos do agro-extratvismo. Algumas dessas rotas, tão antigas quanto a colonização, passam por rios onde descia o gado vivo que supria necessidades básicas no ciclo da borracha.

Do paraíso tropical ao inferno verde

A visão da Amazônia do Paraíso Tropical coabita com a do Inferno Verde, expressão de Alberto Rangel², contemporâneo de Euclides da Cunha, e via a Amazônia como o último capítulo do Gênesis. Primeiro ou derradeiro, hoje a Hiléia, queimada, aproxima-se mais do Apocalipse do que do Gênesis.

O crescente mercado da cocaína no Brasil, provavelmente o maior consumidor mundial, amenizou as necessidades da sua reexportação para a América do Norte e para a Europa. Até o *ecstasy* tem similares nacionais, mas os preferidos são os "*made in Holland*" estocados no Suriname. Aqui, sua redistribuição passa sobretudo pelo Amapá, coordenada por grupos catarinenses e baianos. Desde 1990, a produção européia dessa droga destinada aos consumidores brasileiros e venezuelanos chega pela porta surinamense apoiada pelo comércio de armas endereçado à Colômbia. Esse fato desmente a tese de o mercado amazônico ser em essência exportador e não importador produtos ilícitos.

Geralmente o comércio interno de pasta básica que supre o consumo urbano brasileiro chega pela imensa malha fluvial a unir os países amazônicos. O transporte realiza-se por meio de pequenos aviões e de barcos com fundos falsos carregados de madeira ou de gado, lembrando que entre Colômbia e Brasil inexistem estradas.

A pasta-base entra através das porteiras sempre abertas nos espaços lindeiros com o Paraguai, com a Bolívia com o Peru. Passa por localidades provisoriamente enriquecidas pelos negócios do ouro e de diamantes cada vez; menos distantes das fronteiras. Após fases iniciais de processamento, o volume da droga se reduz, facilitando o transporte em todos os caminhos.

Sempre complexos, os esquemas relacionados à obtenção de produtos químicos controlados aperfeiçoam-se noite e dia. Eram vendidos ora mingudadamente, ora em grandes quantidades em Tabatinga, no Estado do Amazonas, fronteira com a cidade colombiana de Letícia. Toda hora, a pasta-base processada no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás distribui-se em cidades do interior de São Paulo, de Santa Catarina e de Minas Gerais. Esse caminho recebe o nome de "rota caipira" pelo retrato desconfiado e perspicaz daqueles que trabalham nela. Promove há anos uma silenciosa expansão dos ilícitos pelo interior.

Supõe-se, até inexpressivas trilhas de esquecidos garimpos são utilizadas pelos narcotraficantes que misturam a cocaína a todo produto exportável. Pela rota caipira, passa de tudo, de computadores a químicos controlados. Por causa da esgarçada vigilância, as drogas correm de mãos dadas com o contrabando verde do leste ao oeste no subcontinente. Da Colômbia baldeia na vizinhança ou em Manaus que, por ser Zona Franca a deus-dará, fornece razoável infra-estrutura ao contrabando.

Até 1990, o Brasil e a Venezuela se destacavam na produção do éter e da acetona em escala industrial. A rjeza da *Drug Enforcement Administration* (DEA) na fiscalização da venda de produtos químicos controlados permitiu que centenas de produtos os substituíssem. Os desvios aprimoraram-se e hoje sua tática é seletiva³.

A Venezuela e o Equador, ambos exportadores de petróleo e de seus derivados, há anos lutam contra as redes de venda ilegal dos produtos controlados. A expansão petrolífera aportou divisas fortes e paradoxalmente a desintegração do parque industrial de ambos. O dinheiro historicamente canalizado para importação de supérfluos e a evasão de divisas sempre atçaram o desemprego.

Washington atribui às FARC o controle do tráfico de drogas. Contudo, setenta por cento da cocaína consumida nos EUA planta-se ou escoá-se em áreas crescentemente controladas pelo archi-inimigo das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas, que é o movimento paramilitar das Autodefesas Unidas da Colômbia, velho aliado do Cartel Norte del Valle. Por quase toda a costa norte colombiana as AUC coordenam o tráfico. Por isso, eliminar as FARC agigantará o poder das AUC. O Pentágono depois das trágicas alianças no Oriente Médio e no Afeganistão tem de tudo para desconfiar das Autodefesas Unidas.

Pelas fraldas da serra Nevada alcança-se o litoral onde se embarca a maioria dessa droga consumida no mercado

estadunidense. O México e o Panamá servem de nichos de redistribuição da cocaína oriunda de plantios que se aproveitam de áreas em parques nacionais e em terras indígenas de praticamente todos os países andinos.

No comércio clandestino em direção aos EUA, observam-se cuidados por qualidade, isto é, por menos mistura nas drogas e por maior regularidade na oferta. Aí, o número de consumidores de cocaína saltou, em poucos anos, de treze milhões para aproximadamente quinze milhões em 2006.

Em se pensando na política internacional comparada relativa ao combate ao crime, a repressão ao narcotráfico nos países amazônicos viciou-se na prática de ouvir mal conselheiros. Tampouco lembrou das conexões dos crimes ambientais com outros ilícitos como, por exemplo, o contrabando do couro. O foco de atenção dos órgãos de informação e de quase todo o aparato policial centralizou-se quase que só na luta contra o crime em capitais federais e estaduais, como Bogotá, Lima, La Paz, Quito, Georgetown, Paramaribo, Manaus, Porto Velho e Belém. Nesses centros amazônicos de maior densidade populacional, há efetivamente abuso de consumo de psicotrópicos. Contudo, as milícias, os distribuidores e os lavadores de dinheiro atuam resolutamente além dali. Amparados por construções identitárias próprias à globalização da contravenção, tais grupos interiorizaram a transgressão de forma flexível e ambivalente.

Era comum debitar o êxito da expansão do tráfico e do consumo de substâncias entorpecentes ao conjunto de erros da política anti-drogas ditada pelos EUA. Hoje, sabe-se, essa desgraça também está na capitulação das instituições do Estado periférico diante do banditismo que compra o voto.

As fragilidades no trato de leis que a opinião pública vê amparando mais aos bandidos que às vítimas parecem ser particularidade da democracia conivente com o *apartheid* social. Também nesse meio sedimenta-se a banalização do contrabando ancorado na generalizada corrupção e nas crises que se conectam. A inexistente partilha de responsabilidade nas políticas anti-drogas em praticamente todos os países amazônicos acomoda o crime organizado.

Traficantes procuram lugares diversificados para se instalarem, tornando seguras suas formas de atuação. Nesse caso, as bases em áreas de fronteira, próximas às cidades de Corumbá, Paranhos, Campo Grande e Ponta Porá são portão de entrada de parte

substantiva da cocaína consumida no Brasil. Sabe-se, por aí, no passado, transitava cocaína enviada à Europa e aos Estados Unidos da América. Também os produtos químicos, provenientes de "empresas" de exportação abastecendo as unidades de refinamento da coca na Bolívia, espalharam-se. Fruto da desconcentração da produção, agora articuladamente o comércio ilegal usa tanto os centros urbanos quanto a sociedade rural.

Bogotá, ajuntando à sua produção o ouro brasileiro e de outros países amazônicos, transformou-se num caminho ideal para a saída ilegal desse metal no continente. Silenciosamente substituiu o Uruguai, que exportava sem possuir mina alguma. Quanto aos pontos de apoio do crime organizado, escudado na fragmentação e na tribalização, seus suportes logísticos reparam-se por variados caminhos. Todos levam a dês-construção do Estado-nação e torcem por governos minimalistas. Tal realidade permite a banqueiros, como, por exemplo, os suíços⁴, os estadunidenses e os italianos, menos mal falados que os políticos latinos, transformar Zurique, Miami e Palermo numa tribo cujo ethos é a eficiência ímpar no processo de lavagem de dinheiro. Isso tudo indica que vocações anti-drogas perseverarão se igualmente a ética contra a corrupção penetrar no cipoal das relações internacionais.

Um outro ciclo das drogas

Encolheu significativamente a rede de contravenções formada em passado recente pelos desvios do café, do couro e da soja brasileira amarrada às bases paraguaias estabelecidas em Ciudad del Este. Centro urbano listado pelos serviços de inteligência estadunidense, ele foi um dos quatro nós cegos da delinqüência mundial. Já o ouro, diamante e produtos da biopirataria, contrabandeados, parte sai ou pelo porto de Montevidéu ou simplesmente pelo aeroporto de Guarulhos. Entre as rotas fluviais empregadas no contrabando, centenas delas possuem conexões que se estabelecem em Manaus, contudo isso é apenas uma parte de sua estrutura. Outras servem à região de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Corumbá, até o ano de 2000, era ponto de convergência da droga boliviana.

A hidrovia Paraguai-Paraná, de poucos anos para cá, juntou drogas às fraudes do agro-negócio. Transformou-se em seguro escoadouro de produtos eletrônicos abastecendo cidades da constelação platino-amazônica. Numa de suas extremidades destaca-se Montevidéu e, na outra, a cidade de Cáceres. A Zona Franca de

Manaus perdeu forças, entre outras razões, por causa da concorrência dos produtos oferecidos na Tríplice Fronteira paranaense entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai. Com essa são nove os espaços limdeiros apresentados como Tríplice Fronteira: Brasil/Uruguai/Argentina no Rio Grande do Sul, Brasil/Paraguai/Bolívia no Mato Grosso do Sul, Brasil/Bolívia/Peru no Acre, Brasil/Colômbia/Venezuela na chamada Cabeça do Cachorro no estado do Amazonas, Brasil/Peru/Colômbia igualmente no Amazonas, Brasil/Guiana Francesa/Suriname no Pará e Brasil/Venezuela/Guiana nos lavrados de Roraima.

As barcaças graneleiras, cada uma transportando o equivalente a cinquenta caminhões semi-reboque, transubstanciaram-se em esconderijos ideais das muambas. Ou seja, para aumentar seus lucros, o banditismo usa o legal a serviço do contrabando dos produtos eletrônicos e de armas, se possível em áreas transfronteiriças.

Conectados à hidrovia Paraguai-Paraná, com mais de três mil quilômetros, os famosos portos de Buenos Aires e de Punta del Este, destacadamente pontuam na rota do narcotráfico. O trigo, a soja e a carne camuflando a cocaína provam a sagacidade do empreendedorismo dos narconegociantes. O comércio das drogas aproveita dos paradoxos do agronegócio e sabe viver deles. Completa-se nas dicotomias da visão dualista da fome e da fartura movendo-se perfeitamente nas esteiras da democracia periférica.

Parte do comércio da Hiléia serve-se de bacias fluviais ao alcance de vários países. Em suas margens e nas dos lagos de hidrelétricas surgem e desaparecem logísticas de apoio ao contrabando. A ocasional vigilância sobre os portos leva os narcotraficantes, por prudência, a novas estratégias. Nas águas do oceano Pacífico, por exemplo, médias e pequenas embarcações baldeiam a droga em alto-mar para grandes navios. Metade das capitais amazônicas localizam-se na costa, mas nem por isso exibem prosperidade fruto da redistribuição do contrabando. lates de luxo recebem produtos ilícitos em alto-mar, desovando a mercadoria onde bem entendem.

No hemisfério norte, de julho a setembro, a movimentação de turistas esquenta a procura por tóxicos. Grandes portos, como Hamburgo e Rotterdam, concorrem com os menores no Mediterrâneo. Por lá o suborno facilita o desembarque e a entrega de narcóticos da mesma forma como embarcam clandestinamente para o consumo das elites periféricas anfetaminas, bebidas finas, perfumes, roupas de grife e artigos eletrônicos.

No mundo do escambo, as drogas abrem quase todas as portas. O setor aéreo articulado ao fluvial, vital ao narcotráfico, torna o transporte dos ilícitos seguro e rápido. Aviões de passageiros ou cargueiros são tão úteis quanto as pequenas aeronaves. Essas últimas parecem ignorar a quase nunca aplicada lei brasileira do abate a que os Estados Unidos da América tanto se pôs.

Há aproximadamente uma década, a Polícia Federal apreendeu, em Mato Grosso, mais de meia tonelada de cocaína em sacas de café destinadas à islâmica Turquia. Esse fato comprova que o narcotráfico corrompe instituições de todos os credos. Usa islâmicos, budistas, cristãos e tudo ao alcance de suas mãos. Adulteram-se passaportes de nacionalidades variadas a serviço da ilegalidade mundial. Nesse particular, o antigo passaporte brasileiro foi dos mais cobiçados. Em Beirute, por exemplo, no Consulado do Brasil, necessita-se de coragem cívica para enfrentar pressões a favor da concessão ilegal de passaportes. As longas filas no serviço de imigração, operações-tartaruga, desconforto e desatenção nos aeroportos contribuem para que se forme a partir do primeiro momento que se entra no país, a imagem escachada do Brasil.

Elites de gene em comum com o banditismo aproveitam-se da dualidade entre quem globaliza e quem é globalizado. Manipulando conhecimentos sobre os labirintos do crime, incorporaram mazelas sociais por caminhos nada limpos. A tribalização do crime organizado como ethos da disfunção e da des-construção da identidade democrática transformou a Amazônia em espaço da contravenção onde ambivalências emudecem o Estado.

No combate aos ilícitos que as igrejas cristãs tanto aplaudem, as divergências do Brasil com seus parceiros são insignificantes. Nessa lua-de-mel, seguidamente se esquece da dívida interna que sangra o Brasil com altas taxas de juros. Taxas maiores que as do período militar e superiores às do Brasil Colônia, quando os inconfidentes mineiros se rebelaram contra a cobrança do quinto do ouro, lembrado ainda como quinto dos infernos! Tais juros matam o espírito de serviço que faz da economia a bússola da prosperidade capaz de impedir que o narcotráfico seja meio de vida para a população de baixa renda.

Cocaína: lídimo produto amazônico com valor agregado

A Lei de Preferências Tarifárias Andinas, beneficiando alguns e discriminando outros, sela com equívocos a política anti-drogas⁵

regional. Provou ser real a hipermetropia nas políticas preconizadas para deter a expansão do crime na Amazônia Continental.

Uma outra, a Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação da Droga, têm instrumentos para diminuir os plantios da coca. Mal ou bem, ela isenta de tarifas nos mercados estadunidense e da União Européia produtos têxteis, calçados, rum, palmito, pimenta, açúcar, flores, frutas, café e cacau produzidos por mais da metade dos países amazônicos. Nesse particular, produtos agrícolas e extrativistas da Amazônia Brasileira, como a castanha-do-Pará e a borracha merecem tratamento semelhante no contexto da luta contra a expansão da droga.

Quer queira, quer não, a atividade cafeeira, além do plantio de árvores, sendo justo o seu preço, poderia concorrer com os plantios da coca e da *Cannabis*. Já se escreveu que o café, sobretudo na fase da paina ou colheita, emprega abundante mão-de-obra. A saca de sessenta quilos a R\$ 320,00 em março de 2005 ou a R\$ 240,00 em novembro de 2008, se industrializada antes de exportada, criaria pólos industriais ambientalmente limpos. Atuaria como obstáculo ao desemprego, minando bases da criminalidade.

A corrupção dá asas ao crime, semeia vento e colhe tempestade. Vitimados por seus próprios anacronismos, os traficantes vivem sob contínua pressão da clientela, da conspiração e da competição. A política de combate às drogas historicamente induz o baronato do narcotráfico a reinvestir pesadamente nos replantios. Da Bolívia à Colômbia, aproximadamente um terço das lavouras destruídas por ação policial refloresceram poucos anos depois. Vale lembrar, quanto maior a erradicação, maior a lucratividade e a tentação por cultivos.

Os EUA e a Venezuela, os dois maiores parceiros comerciais da Colômbia, divergem quanto às estratégias de combate ao narcotráfico. A *Casa Amarilla* aposta no Grupo do Rio, isto é, no trabalho em conjunto com a Argentina, Brasil, Peru e o Uruguai. Depositando suas fichas no Grupo de Contadora, inicialmente formado por Colômbia, México, Panamá e Venezuela, o ideal bolivarianista reafirmou esperanças no multilateralismo como estratégia de combate ao narcotráfico. O fim das guerrilhas centro-americanas serve de exemplo. Contadora, viabilizando a paz, deu passo inovador porque conseguiu isso sob o guarda-chuva da influência da irmandade latino-americana.

Cresce nos territórios guianenses e surinamenses o escoamento da cocaína e da heroína colombianas. Lá, a luta contra o crime organizado tampouco apresenta resultados por causa da corrupção.

Sempre excluído das benesses da globalização, o grupo amazônico dobrou-se às pressões pela sujeição das suas economias a um mercado altamente destrutivo. Parte dele responde comercializando o cloridrato de cocaína. A economia arquitetada na Guiana e no Suriname, solidificada como corredor alternativo das drogas, jamais aliviou a miséria desses dois países. Fez crescer, em conluio com elites próximas do poder, a corrupção e com ela a força de novas máfias, inimigas juradas dos serviços de inteligência não contaminados.

A luta anti-drogas e a questão da repressão ao contrabando verde na América do Sul recebem pouco espaço analítico no âmbito da política internacional comparada. Jamais mereceram esforço multilateral abrindo estratégias integradas de segurança na Amazônia. Tais estratégias tornariam realidade espaços econômicos comuns capazes de articular em conjunto políticas sociais. Os oito amazônicos, sob ameaças difusas e difíceis de prognosticar, usufruirão de respeito no cenário internacional desde que priorizem a segurança regional. Precisam dar fim no emaranhado de normas jurídicas a retardar o percurso da luta contra o crime.

Com o multilateralismo regional em aberta crise política, raramente ocorrem avanços a favor da Segurança Regional utilizando serviços das instituições existentes para a solução de controvérsias. Por exemplo, mais da metade do grupo amazônico, por ser também andino, já dispõe do Tribunal Andino de Justiça, mas governo algum luta para sua transformação no Tribunal Amazônico de Justiça. Esse tribunal, além de reduzir tensões ao combater o crime organizado, aumentaria seu raio de ação incluindo a Guiana, o Suriname e o Brasil. Talvez ele faça ver, o subdesenvolvimento rouba da sociedade amazônica a democracia que proveria aos oito estados instrumentos proativos para organizar seus espaços com uma identidade socialmente justa.

Sem o *conserere*, o entendimento político e a determinação para recusar o sustentável convívio com a corrupção e com a violência dos narconegócios, a pandemia dos ilícitos seguirá contaminando. Favorecida pelas particularidades das dinâmicas nos locais de sua atuação, a cultura de transgressão apela para a incivilidade e coopta a justiça que, funcionando mal, perde a legitimidade.

Em se aquilatando o caráter nada igualitário do crime organizado, ressalte-se: onde o subdesenvolvimento é sustentável, comportamentos aí aceitos como legais são ilegais em países que rotineiramente respeitam o homem e a natureza. Nem as

singularidades culturais, nem as arbitrariedades no dimensionamento do moral e do imoral explicam por completo as dinâmicas da banalização do crime. Se tradicionalmente a repressão nunca atinge o cerne das atividades ilícitas para concentrar-se na perseguição e no castigo aos pobres e aos excluídos, aí raramente se percebe a real dimensão da violência organizada.

A aceitação da convivência com perigos num processo de cristalização do *apartheid* social e a incorporação de novos atores no cenário interno e externo do banditismo, tudo isso maximiza os ganhos ilegais nas sociedades onde crime e políticas de clientela são lucrativos negócios.

- ¹ Procópio Argemiro. Amazônia, ecologia e degradação social. São Paulo, Alfa Omega, 1992. p. 109.
- ² Rangel Alberto. O inferno verde (contos), 1908; Cunha Euclides Rodrigues. Pimenta da. Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Milton Rocha (Org.). Petrópolis. Vozes, 1976.
- ³ Procópio Argemiro. O Brasil no mundo das drogas. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.
- ⁴ Ziegler Jean. A Suíça lava mais branco. Lisboa, Inquérito, 1990.
- ⁵ Procópio Argemiro. O Brasil no mundo das drogas. Op. cit.